

sem - Sarney denuncia sabotagem

O presidente do PDS, senador José Sarney, elogiou o trabalho desenvolvido pela comissão partidária que sugeriu as alterações na legislação eleitoral, e afirmou que os que tentam desmoralizar as sugestões do PDS "pretendem sabotar o partido e incentivar medidas prorrogacionistas".

O senador José Sarney contestou as acusações de que o partido deveria apresentar definições sobre as alterações na legislação eleitoral ao presidente Figueiredo; afirmando que o mais importante era apresentar um quadro sobre as tendências no PDS, e, com isso, garantir a realização das eleições de 82.

Para o presidente do PDS, uma definição clara do partido sobre esta ou aquela modificação na legislação representaria "uma intromissão no campo decisório do governo que deverá, ainda, negociar com os partidos de oposição antes de enviar a mensagem definitiva ao Congresso".

DIVISAO

O senador Aderbal Jurema (PDS/PE), disse ontem em Recife que o relatório do PDS sobre a reforma eleitoral procurou traduzir a "atmosfera" interna do partido, "que se apresenta dividido sobre os mais diversos temas da questão".

Ele disse que o governo "está perdendo muito tempo com isso", porque,

na sua opinião, o eleitorado brasileiro quer votar para expressar o seu pensamento sobre os problemas que o atingem mais de perto, "como a inflação, o custo de vida, o desemprego e a segurança individual".

— Reconheço — disse o senador — que sem leis claras e objetivas não há eleição, mas a reforma eleitoral, para mim, é um problema secundário.

Jurema voltou a se manifestar a favor da regulamentação das coligações partidárias, dizendo ser uma "violência" extirpá-la pura e simplesmente da reforma eleitoral.

DECURSOS

O governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, declarou ontem em Salvador que não é nenhum problema excepcional a possibilidade de a reforma eleitoral ser aprovada por decurso de prazo no Congresso. Disse que "o ideal será a aprovação por votação, mas, enquanto existir o decurso de prazo, sua utilização legal". Acrescentou, entretanto, que acredita ainda na negociação e, "se houver transigência por parte de todos os envolvidos, pode-se encontrar uma forma de a nova legislação ser aprovada por votação no Congresso".

O governador baiano comentou ainda que "nada está decidido" pelo governo federal, ao ser perguntado sobre a reforma eleitoral.

27/11/1981

1981